



---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0004298-79.2011.2.00.0000****Requerente:** Fernando Barbosa Bocci**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

---

**Pedido de Providências. Concurso para ingresso na carreira da magistratura. Candidato portador de necessidades especiais. Anulação da primeira prova escrita. Improcedência. Ausência de vícios. Observância do edital e da Resolução CNJ n. 75/2009.**

Mudança de sala do requerente e de outros candidatos portadores de necessidades especiais no dia da prova, minutos antes do seu início, que não configura vício a ensejar a anulação do exame em questão, pois a eles foi concedida uma hora a mais para a realização da prova e não houve mudança em relação ao endereço constante do edital.

Ausência de violação ao disposto no § 1º do art. 76 da Resolução n. 75/2009 que veda, em qualquer hipótese, que os candidatos com deficiência realizem as provas em local distinto daquele indicado no edital. Alteração que se deu apenas em relação à sala destinada à realização da prova, não tendo havido prejuízo ao princípio da isonomia, ante o acréscimo de tempo para a realização do exame.

Alegação do requerente de que a comissão do concurso teria revogado, no dia da prova, a proibição de consulta a súmulas, constante do edital e do art. 46, da Resolução n. 75/2009, que não ficou comprovada.

Alegação de que a comissão examinadora estaria impedida de exigir a elaboração de redação na 1ª fase do certame que é improcedente. Parágrafo único do art. 48 da Resolução n. 75 que determina que, além do conhecimento sobre o tema, a 1ª prova escrita visa avaliar a utilização correta do idioma oficial pelo candidato e a sua capacidade de exposição, o que pressupõe a elaboração de texto dissertativo.

Procedimento adotado pela comissão, no sentido de convocar para as provas de sentença apenas os candidatos aprovados na primeira prova discursiva que não afronta a Resolução n. 75 (art. 53, § 3º) e tampouco o edital. Procedimento que, pelo contrário, se coaduna com tais atos ao garantir a validade da premissa lógica da norma, vez que apenas as sentenças dos candidatos aprovados na prova discursiva foram corrigidas.

Exigência de conhecimentos sobre projeto de código ambiental que não se afasta das regras do concurso, pois o Direito Ambiental é uma das disciplinas obrigatoriamente previstas pela Resolução 75/2009.

Ausência de motivação na correção da prova que não se verifica. Banca examinadora que, nas hipóteses em que não foi atribuída a nota máxima ao candidato, consignou os motivos que levaram ao desconto dos pontos em controle próprio e expôs tais razões em público e em voz alta por ocasião do julgamento dos recursos.

Improcedência do Pedido.

## RELATÓRIO

Cuida-se de Pedido de Providências apresentado por FERNANDO BARBOSA BOCCI, por meio do qual pleiteia a suspensão do 183º concurso público de ingresso na carreira da magistratura do Estado de São Paulo e a anulação da 1ª prova escrita do referido certame, sob o fundamento de violação aos termos do edital e da Resolução n. 75 deste Conselho.

O requerente alega em síntese que:

i) inscreveu-se no concurso na qualidade de portador de necessidades especiais e que muito embora tenha se dirigido à sala indicada previamente pela comissão do concurso foi surpreendido no dia da prova com a alteração da sala, o que lhe teria causado constrangimentos;

ii) a banca examinadora teria comunicado aos candidatos, pouco antes da realização da prova, a possibilidade de consulta a súmulas, em contrariedade ao que estabelece o edital do certame e o art. 46 da Resolução n. 75 deste Conselho;

iii) mesmo não prevendo o edital ou a Resolução n. 75 deste Conselho, a realização de redação na 1ª prova escrita, esta teria sido exigida dos candidatos pela banca examinadora, mediante alteração comunicada com apenas 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da primeira etapa, ficando a prova composta de uma dissertação e cinco questões;

iv) a banca examinadora teria restringido a realização da prova de sentença somente aos candidatos aprovados na 1ª prova discursiva, o que violaria o disposto no item 9.8 do edital, bem como no art. 53, § 3º da referida Resolução n. 75, segundo os quais a aprovação na prova discursiva seria tão somente condição para a correção da prova de sentença e não para a sua realização;

v) uma das questões de direito ambiental versava sobre projeto de lei que não constou do edital;

vi) a não consignação dos motivos para a atribuição das notas, além de ofender o princípio da motivação das decisões administrativas, impossibilita o exercício do direito de recorrer da decisão.

Antes de apreciar o requerimento liminar de suspensão do concurso, solicitei informações ao Tribunal requerido, concedendo-lhe o prazo de 5 dias para prestá-las (DESP5).

O Tribunal, por sua vez, informou que:

i) os candidatos portadores de necessidades especiais realizaram a prova em sala especial com acréscimo de uma hora no prazo de conclusão, não tendo havido qualquer reclamação por parte dos mesmos;

ii) não houve deliberação oficial da banca examinadora quanto à revogação do edital no ponto que veda a consulta a súmulas, sendo que não haveria qualquer registro de alteração na ata ou qualquer

notícia de que algum fiscal tenha fornecido orientação diversa aos candidatos;

iii) tratando-se de prova discursiva, todas as questões devem ser respondidas em forma de um texto dissertativo, de modo que a elaboração de redação sobre determinado tema em nada violaria o art. 47 da Resolução n. 75 deste Conselho;

iv) este Conselho já teria deliberado, em sede de consulta, que a realização das provas práticas de redação e de sentença pode ficar restrita apenas aos candidatos aprovados na prova discursiva;

v) o projeto de lei que o requerente alega não ter constado do edital é o relativo à alteração do Código Florestal e, sendo o Direito Ambiental uma das disciplinas obrigatórias nos concursos para a magistratura, nos termos da Resolução n. 75, *“não poderiam os candidatos ignorar as consequências decorrentes de alteração no Código Florestal”*. Acrescenta que o tema teve ampla repercussão na mídia;

vi) as provas foram corrigidas por todos os membros da Comissão, inicialmente pelo formulador da questão e em seguida pelos demais integrantes da banca examinadora e que *“toda vez que o examinador não atribuía a nota máxima, anotava em controle próprio os motivos que o levaram a descontar pontos na avaliação. Isso preparou a Comissão para o julgamento dos recursos, onde tais circunstâncias foram expostas, em público e em voz alta, pelos relatores dos mais de cinquenta casos de inconformismo”*.

Ressalta, quanto a este último item, que, não tendo o requerente recorrido, houve a presunção de conformismo com as notas atribuídas.

Ante tais informações, indeferi a liminar, por não vislumbrar a plausibilidade do direito invocado e concedi o prazo regimental ao Tribunal para informações complementares (DEC7).

O Presidente da comissão do concurso ratificou a manifestação anterior (INF8).

É o relatório.

## VOTO

O requerente pretende anular a 1ª prova escrita do 183º concurso público para ingresso na magistratura do Estado de São Paulo, argüindo uma série de irregularidades nessa etapa do certame.

Passo a analisar cada uma das impugnações apresentadas.

I - DA FALTA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE ÀS SALAS ESPECIAIS EM QUE OS CANDIDATOS DEFICIENTES FÍSICOS IRIAM REALIZAR A PROVA DISCURSIVA.

O requerente afirma que no dia da prova, dirigiu-se à sala n. 009 do 3º andar do Prédio D do Campus Memorial da UNINOVE, indicada no edital de convocação como o local de sua realização e, *“após*

*acomodar-se e receber as instruções sobre a prova, diga-se, na referida sala 09, compareceu um membro da banca e disse que o suplicante deveria ir para uma sala especial".*

Sustenta que tal fato constrangedor casou-lhe abalo psicológico, que poderia ter sido evitado, se a comissão do concurso tivesse publicado corretamente o local no qual o requerente deveria fazer o exame.

O Presidente da comissão organizadora informa que os portadores de necessidades especiais realizaram a prova em sala especial, com o acréscimo de uma hora no tempo concedido aos demais candidatos, o que inclusive foi confirmado pelo próprio requerente.

Acrescenta que não houve relato ou registro de qualquer incidente com relação a tal ponto.

Em meu sentir, o fato do requerente ou de todos os candidatos portadores de necessidades especiais terem mudado de sala, no dia da prova, minutos antes do seu início, não configura vício a ensejar a anulação do exame em questão, mesmo porque ao requerente e aos demais candidatos foi concedida uma hora a mais para a realização da prova, além de não ter havido qualquer reclamação relativa à sala especial, para a qual foram encaminhados. Restou preservada, portanto, a isonomia entre os concorrentes.

Nem se argumente que a situação em tela poderia configurar violação ao disposto no § 1º do art. 76 da Resolução n. 75/2009 que veda, em qualquer hipótese, que os candidatos com deficiência realizem as provas em local distinto daquele indicado no edital ( 1º Os candidatos com deficiência que necessitarem de alguma condição ou atendimento especial para a realização das provas deverão formalizar pedido, por escrito, até a data de encerramento da inscrição preliminar, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, descartada, em qualquer hipótese, a realização das provas em local distinto daquele indicado no edital). É que a alteração ocorrida, no caso, foi apenas em relação à sala destinada à realização da prova, não tendo havido, como já dito, prejuízo ao princípio da isonomia.

**II - DA PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE SÚMULAS À LUZ DO CAPUT DO ART. 46 DA RESOLUÇÃO 75/09 E DO ITEM 9.1 DO EDITAL DO CONCURSO E DA IRREGULAR PERMISSÃO DA UTILIZAÇÃO DE SÚMULAS, POR PARTE DA BANCA EXAMINADORA, CUJA DECISÃO SÓ FOI COMUNICADA AOS CANDIDATOS MINUTOS ANTES DA REALIZAÇÃO DA 1ª PROVA ESCRITA.**

Em suas informações, o Presidente da Comissão Organizadora rechaça a alegação, informando que não houve deliberação oficial, durante a realização da prova, a respeito de revogação da proibição de consulta a súmulas.

Diz que não há registro do fato em ata, ou qualquer notícia de que algum funcionário tenha dado orientação nesse sentido.

Ante as informações do TJSP e considerando que o requerente não apresentou qualquer prova de sua alegação, tenho como não comprovado o fato.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE COBRAR-SE REDAÇÃO NA PRIMEIRA PROVA ESCRITA À LUZ DO ART. 47 DA RESOLUÇÃO 75/09 E DO ITEM 9.1.1 DO EDITAL DO CONCURSO.

O art. 47 da Resolução n. 75/2009 dispõe:

*Art. 47. A primeira prova escrita será discursiva e consistirá:*

*I - de questões relativas a noções gerais de Direito e formação humanística previstas no Anexo VI;*

*II - de questões sobre quaisquer pontos do programa específico do respectivo ramo do Poder Judiciário nacional.*

O item 9.1.1 do edital dispõe do mesmo modo.

O requerente alega que na 1ª prova discursiva não poderia ser cobrada a elaboração de redação, sob o argumento de que o art. 47 acima transcrito, assim como o edital do certame, estabelecem que essa prova consistirá de ‘questões’.

A alegação do requerente, no ponto, é flagrantemente descabida.

Com efeito, conforme expresso no já citado art. 47 da Resolução n. 75/2009, o exame em tela cuida de prova discursiva que compreende a elaboração de um texto escrito, sobre determinado tema.

O Presidente da comissão cuidou de transcrever o significado do verbete ‘discursivo’, segundo o dicionário Houaiss:

*Discursivo é um verbete que significa ‘o que é feito por escrito, em forma de um texto, dissertativo’.*

Ademais, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Resolução n. 75, além do conhecimento sobre o tema, essa 1ª prova escrita visa avaliar a utilização correta do idioma oficial pelo candidato e a sua capacidade de exposição, o que pressupõe a elaboração de texto dissertativo.

Acrescente-se que a comissão do concurso ainda tomou o cuidado de comunicar a todos os candidatos, 5 dias úteis antes da realização da prova, que esta seria constituída de redação e cinco questões, de modo que não se pode falar em violação aos princípios da segurança jurídica ou da publicidade, já que os candidatos foram previamente comunicados do detalhamento da prova discursiva.

O requerente alega, contudo, que tal fato constituiu uma alteração indevida no edital do concurso, ocorrida às vésperas da realização da prova, o que lhe teria causado prejuízo, enquanto deficiente

visual, já que não teria havido tempo hábil para solicitar equipamento de informática ou o auxílio de uma pessoa para redigir a dissertação.

Ocorre que o mesmo meio utilizado pelo requerente para responder, por escrito, às questões da prova discursiva foi ou poderia ter sido utilizado na elaboração da redação. Não procede, assim, a impugnação.

#### IV – DA INOBSERVÂNCIA, POR PARTE DA BANCA EXAMINADORA, NA PRIMEIRA PROVA ESCRITA DO DISPOSTO NO §3º DO ART. 53 DA RESOLUÇÃO 75 DO CNJ E DO ITEM 9.8 DO EDITAL DO CERTAME

O art. 53, §3º, da Resolução n. 75 estabelece:

*Art. 53. As provas escritas serão manuscritas, com utilização de caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.*

(...)

*§ 3º A correção da prova prática de sentença dependerá da aprovação do candidato na prova discursiva.*

Do mesmo modo dispõe o item 9.8 do edital:

*9.8. Somente será corrigida a prova prática de sentença dos candidatos aprovados na prova discursiva.*

O requerente alega que, segundo os dispositivos acima, a aprovação na prova discursiva é condição para **correção** da prova de sentença e não para sua **realização**.

Daí entende que, ao convocar para a prova de sentença apenas os candidatos aprovados na prova discursiva, a comissão do concurso teria violado a resolução e o edital do certame.

O procedimento adotado pela comissão, no sentido de convocar para as provas de sentença apenas os candidatos aprovados na primeira prova discursiva não afronta a Resolução n. 75 e tampouco o item 9.8 do edital. Pelo contrário, se coaduna com os mesmos, porquanto, na prática, apenas as sentenças dos candidatos aprovados na prova discursiva foram corrigidas. A premissa lógica da norma foi mantida.

A discussão levantada pelo requerente em especial, nesse ponto, afigura-se absolutamente inócua, considerando que o resultado prático da interpretação literal que quer dar à resolução e ao edital é exatamente o mesmo do procedimento adotado pela comissão do concurso.

Não há que se falar, portanto, em ofensa à higidez do certame ou aos princípios que devem norteá-lo.

#### V- DA IMPOSSIBILIDADE DE ELABORAR-SE QUESTÕES SOBRE PROJETO DE LEI QUE NÃO CONSTOU DO EDITAL

O requerente sustenta que uma das questões de direito ambiental versava sobre o projeto de lei de alteração do Código Florestal, que não poderia ter sido objeto de exame, uma vez que não constou do edital.

Mais uma vez, o requerente apresenta impugnação, sem demonstrar que a segurança e a higidez do certame ou mesmo a igualdade de condições de concorrência dos candidatos tenham sido maculadas, ou, ainda, que o seu desempenho nos exames tenha sido prejudicado em razão da ocorrência de tal situação.

Além disso, como bem expôs o Presidente da comissão:

*Num concurso de ingresso à magistratura em que o Direito Ambiental é uma das disciplinas obrigatoriamente previstas pela Resolução 75/2009, não poderiam os candidatos ignorar as consequências decorrentes de alteração no Código Florestal.*

*O tema é recorrente e objeto de aulas, estudos, artigos, debates, seminários, congressos e outros eventos. Repercutiu na mídia. Propôs-se a quem pretende ser juiz, o enfrentamento de uma questão concreta, na visão contemporânea de que o julgador não pode estar blindado em teoria distanciada dos desafios que enfrentará na rotina judicial.*

#### VI - AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO NA CORREÇÃO DA PRIMEIRA PROVA ESCRITA E DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO E DA IMPOSSIBILIDADE DE RECORRER-SE DE UMA DECISÃO ADMINISTRATIVA DESMOTIVADA

Nesse particular, o Tribunal esclarece que nas hipóteses em que não foi atribuída a nota máxima ao candidato, **a banca examinadora consignou os motivos que levaram ao desconto dos pontos em controle próprio e que tais razões foram expostas em público e em voz alta por ocasião do julgamento dos recursos.**

Improcedente, pois, a alegação de ausência de motivação na correção da prova.

Registre-se que, conforme informação do Presidente da comissão do concurso, o requerente obteve 1,0 ponto na redação, que valia 5,0 pontos e nas demais questões, que valiam 1,0 ponto cada uma, obteve: 0,50 ponto em Direito Civil, Penal e Ambiental; 0,25 em Direito Administrativo e 0,0 em Direito Empresarial.

Não verifico, portanto, qualquer irregularidade na prova em questão capaz de ensejar a sua nulidade.

Por todo o exposto, **VOTO pela improcedência** do pedido.

---

**JOSÉ GUILHERME VASI WERNER**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 03 de Novembro de 2011 às 11:47:31

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
aa44e8cce94425dec0374e74a949f449



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1027799**



11110910431600000000001027091